

# MOVIMENTOS SOCIAIS AMBIENTAIS EM MACAÉ E A QUESTÃO URBANA: A CRÍTICA NO CONTEXTO DE UMA URBANIZAÇÃO ECOLÓGICA<sup>1</sup>

Matheus Thomaz da Silva

## Introdução

O conteúdo desenvolvido nesse trabalho é uma parte da pesquisa de doutorado em Ciências Ambientais e Conservação, pelo Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade da UFRJ, aprovada no comitê de ética em pesquisa CAAE: 47053320.7.0000.5699. O objeto da pesquisa são movimentos sociais com pautas ambientais, na cidade de Macaé. O objetivo da de doutorado é compreender as relações estabelecidas entre movimentos sociais com pautas ambientais e contradições do desenvolvimento local centrado na indústria do petróleo.

Foi realizado um mapeamento dos movimentos sociais ambientais que ocorreram no município de Macaé/RJ, após a Petrobrás iniciar as operações de exploração e prospecção de petróleo em alto mar e a subsequente chegada da indústria do petróleo, a partir de meados dos anos 1970. Dentre os movimentos identificados, a Associação Macaense de Defesa Ambiental (AMDA) foi o movimento escolhido para análise mais aprofundada. Foram trabalhadas três fontes de dados, análise documental do livro ata e outros materiais da Associação Macaense de Defesa Ambiental, pesquisa hemerográfica e entrevistas com sujeitos da história, na elaboração deste artigo as entrevistas ainda não haviam sido realizadas.

A pesquisa se insere na área das Ciências Ambientais, criada no âmbito da CAPES, em 2011, em que a abordagem interdisciplinar é elemento primordial em sua existência. A área surge a partir da necessidade de enfrentar a questão ambiental, analisando a interação entre sistemas antrópicos e naturais que emergem no mundo contemporâneo, combinando o campo das ciências da natureza com às ciências sociais.

O texto se divide em três partes, a primeira apresenta uma lei-

---

<sup>1</sup> DOI - 10.29388/978-65-81417-77-2-0-f.115-132

tura sobre movimentos sociais ambientais, situando no tempo espaço o recorte da pesquisa. No segundo tópico, uma contextualização histórica da estratégia local no processo que revelou uma urbanização com características ecológicas no município, a partir da Agenda 21 e a perspectiva do desenvolvimento sustentável. Por fim, uma análise crítica de todo o processo, com realce para a questão social e a indissociabilidade entre as questões urbana e ambiental.

## **I. Movimentos Sociais Ambientais em Macaé**

É comum que seja destacado o ano de 1968 como um marco para os movimentos sociais ambientais. As manifestações pela Europa e EUA foram reconhecidas de tal maneira que se ampliou o campo de analítico dos movimentos, superando em muito a ideia de que movimento social se limitava aos movimentos sindical e operário. Vieram à tona debates e mobilizações pelos direitos humanos, direitos LGBT's, a defesa do meio ambiente, o movimento de mulheres, enfim, uma gama de novas possibilidades. Essa literatura classificou esses movimentos ficaram conhecidos como os novos movimentos sociais.

Entretanto, há que se refletir sobre esse marco histórico, que não considera que tantas lutas por direitos anteriores ao marco teve tinham como objeto/pauta questões ligadas ao ambiente, apesar de não serem reconhecidos como tal. Conforme indica Alier (2017). Por isso, apesar de ser importante considerar as leituras que demarcam a segunda metade do século XX como ponto de partida para os movimentos sociais com pautas ambientais, urge revisar esses e outros paradigmas constituídos a partir da perspectiva eurocêntrica de desenvolvimento da sociedade e reconhecer que as expressões de lutas que conformaram a questão social desde sua gênese já envolviam expressões ambientais.

O conceito de movimentos sociais será entendido como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Definições já clássicas sobre os movimentos sociais citam como suas características básicas: possuem identidade, tem opositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade (GOHN, 2011). A análise produzida aqui agrega ao conceito de Gohn quatro características de lutas

ecológicas, que foram identificadas e construídas ao longo da pesquisa: a) urbanização ecológica, em que as pautas e as ações dos movimentos são no sentido de demandas de urbanização, como a conservação dos entornos das lagoas urbanas e das regiões de restinga, questões relacionadas aos gabaritos de altura dos prédios na orla e a criação de parques naturais na área urbana do município; b) Conservação da Mata Atlântica, em que as pautas e ações focam na conservação da Mata Atlântica na região serrana do município; c) Governança da questão hídrica, em que as pautas e ações se organizam nas questões relacionadas à bacia hidrográfica do Rio Macaé; e d) Agroecologia e Consumo, em que as pautas e ações se direcionam para a produção de alimentos limpos, feiras agroecológicas e a questão do consumo consciente.

O contexto da pesquisa se desenrola no território do município de Macaé. Local escolhido, na década de 1970, para ser a base de operações *off-shore*<sup>2</sup> da Petrobrás na Bacia de Campos. O município tem uma vasta área territorial que vai da costa, com uma grande faixa de praia que adentra o continente até uma região de serra. É o terceiro maior município do Estado do Rio de Janeiro. O desenho geográfico compreende uma extensa faixa de grandes restingas e lagoas litorâneas, na região sede do município. Por outro lado, há toda uma região serrana, de características rurais, coberta por Mata Atlântica. Todo esse território é banhado pela bacia hidrográfica do Rio Macaé, cuja foz é bem no centro da cidade<sup>3</sup>.

As características naturais do município, contrastada com o impacto poluente da indústria do petróleo formou elementos que favoreceram o aparecimento de mobilizações e movimentos com preocupação ecológica no âmbito local. Foram identificados 12 movimentos que ocorreram no município de Macaé até os dias de hoje, esses movimentos apresentam as quatro características apresentadas aqui, seja de forma isolada ou combinadas entre si. Das ocorrências identificadas, o foco da pesquisa foi direcionado para a Associação Macaense de Defesa Ambiental (AMDA), o movimento mais antigo identificado, que combina todas as características. A AMDA forma uma espécie de raiz do movimento

---

<sup>2</sup> Operações off-shore na indústria do petróleo são operações de extração e prospecção de petróleo em alto mar.

<sup>3</sup> Ver: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/macaee/panorama>. Acesso em: 11 maio 2021.

ambiental local, no contexto em que quase todos os movimentos identificados que nasceram após a AMDA derivam deste primeiro movimento.

As primeiras mobilizações com ativa participação da AMDA acontecem na década de 1980 em oposição às consequências da indústria do petróleo, são duas mobilizações que tem repercussão direta no desenvolvimento do município de Macaé. A primeira contrária à construção de um Polo Petroquímico e a segunda contra a instalação de uma monobóia<sup>4</sup> na região costeira. Outro município acabou sendo escolhido para sede do Polo, a monobóia não foi instalada e criou-se uma área de proteção na região costeira de Macaé com o Parque Natural do Arquipélago de Santana (Lei n. 1216/1989) no local onde seria instalada a monobóia. Essa combinação tem uma ativa participação da AMDA tanto nas mobilizações quanto na elaboração da lei que criou o parque no Arquipélago de Santana.

O movimento se fortalece na cidade e tem algumas pautas diretamente atendidas como a criação da secretaria municipal de meio ambiente, além disso, a AMDA lidera a elaboração do capítulo de Meio Ambiente na Lei Orgânica do município, que conforme identificado nas pesquisas documentais consegue êxito e aprova o texto quase na íntegra.

A partir desse ponto, as pautas, no desenrolar dos anos 1990, começam a ganhar uma perspectiva urbana, com destaque para questões na região sul da cidade, parte mais valorizada, com a proposta de conservação da região que compreende a Lagoa de Imboassica e a Praia do Pecado, mas também surgem debates sobre ciclovias para diminuir uso do automóvel, ações de educação ambiental e mutirão de limpeza de praias. É também nesse processo dos anos 1990 que as pautas se ampliam para questões de conservação da Mata Atlântica, questões hídricas e a produção alimentar. Duas unidades de conservação são criadas, a APA do Morro de Sant'Anna (Lei n. 1463/1993) na região do centro urbano da cidade e o Parque Natural Municipal do Atalaia (Lei n. 1596/1995) na região serrana do município.

A partir dos anos 2000 há uma mudança significativa do município com a criação da Lei do Petróleo, em 1997. É por essa lei que é aberta a possibilidade de outras empresas, nacionais ou multinacionais

---

<sup>4</sup> Um equipamento em que navios atracam e fazem transferência de petróleo.

explorarem o petróleo ao mesmo tempo em que os municípios da região produtora de petróleo têm um aumento significativo dos royalties que recebem, desde os anos 1980. Macaé recebe as grandes multinacionais do petróleo, o orçamento vai às alturas e há uma explosão demográfica com a chegada dos migrantes atrás do Eldorado do petróleo.

Há que se contextualizar a instalação e desenvolvimento da indústria do petróleo, podemos dividir em três momentos: a primeira fase, que vai das primeiras operações de prospecção e extração de petróleo em alto mar, nas operações offshore até a criação da lei do petróleo, em 1997 e o último período após o início de operações no Pré-sal. No período, imediatamente após a lei do petróleo, em há um gigantesco aporte de recursos nas economias dos municípios os resultados alcançados com o desenvolvimento não foi muito positivo, em que apesar da abundância de riqueza a questão social se avolumou em Macaé e por toda região (CRUZ, 2016).

No entanto, na primeira década dos anos 2000 década há conquistas importantes relacionadas à questão ambiental, são criadas algumas unidades de conservação como, a APA do Sana (Lei n. 2172, novembro de 2001), região serrana de Mata Atlântica e o Parque Natural Municipal do Estuário do Rio Macaé (Lei n. 3146/2008). Há a importante criação de espaços de participação e controle social como Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Lei Complementar n. 027/2001), Conselho Gestor da APA do Sana (Decreto Municipal 035/2002) e o Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Macaé e das Ostras.

No período, a ideia de desenvolvimento sustentável, tal qual construído pelos organismos internacionais ligados às Nações Unidas, como via para um futuro ambientalmente sustentável, se espalha e é abraçada por muitos movimentos ambientais. Em que a ferramenta institucional, para o desenvolvimento sustentável, seria a Agenda 21, processo construído a partir da Conferência Ambiental, Rio-92. Uma parte significativa do que formou e fez a AMDA por grande parte da história adere à ideia do desenvolvimento sustentável e aposta nessas ferramentas para media a questão ambiental.

Localmente a Agenda 21 é criada em 2001 e em 2006 se torna

um Fórum Permanente, que congrega instituições do mercado, do poder público municipal e da sociedade civil organizada, esse fórum vai ficar à frente dos processos de elaboração do plano diretor em Macaé. É nesse âmbito que se desenvolve uma urbanização ecológica, como expressões de um ambientalismo cidadão que canaliza as reivindicações para organização do espaço urbano e pautas ambientais.

## **II. A estratégia da Agenda 21 e Desenvolvimento Sustentável**

A população urbana de Macaé saltou de 55.152 em 1980 para 202.859 habitantes em 2010, segundo o Anuário de Macaé 2012, produzido pela prefeitura municipal. Há que se considerar a migração como um fenômeno essencial desse processo.

“Dizer que os novos migrantes chegaram, ou que novas gerações então nasceram num mundo de indústria e tecnologia é bastante óbvio, mas não esclarecedor.” (HOBSBAWM, 2014, p. 217). Assim se inicia o décimo-segundo capítulo de a Era do Capital: 1848-1875, dedicado ao processo de formação da cidade, indústria e classe trabalhadora. A assertiva de Hobsbawm também pode ser colocada para as transformações que ocorrem em Macaé. A chegada dos migrantes e da indústria vai alterar as bases das desigualdades sociais existentes no município, especialmente no contexto urbano.

Conforme nos aponta Paganoto (2008), é possível perceber o aparecimento de dois tipos de migrantes em Macaé. Uma parcela recebe altos salários e se encontram empregados no setor petrolífero, estes vão habitar áreas mais nobres ao sul da cidade. Muitas vezes em um processo de autosegregação no interior de condomínios fechados. A outra parcela dos migrantes são aqueles atraídos por propagandas que apontam Macaé como um novo eldorado, estes muitas vezes sem condição de ingressar no mercado do petróleo. Irão ocupar a periferia ao norte do município, locais com péssima infraestrutura, formando assim um conjunto de expressões da questão social.

Com isso a questão urbana se manifesta nos fenômenos da favelização, uso predatório dos recursos naturais do litoral, congestionamentos, aumento da violência, falta d’água e enchentes constantes, além de um crônico problema de infraestrutura e carência de serviços públicos.

Esse processo vai impactar no direito à cidade, na sobrecarga dos serviços públicos, na segregação do território e na degradação ambiental. Destacando que em essência parte dessas expressões da questão urbana são diretamente relacionadas com o ambiente e consequência direta da instalação e expansão da indústria do petróleo. Assim, a questão social toma forma urbana e ambiental.

Como uma herança das mobilizações e pautas levantadas pela AMDA a questão urbana em Macaé vai ser tratada privilegiando um prisma ambiental, alguns dos sujeitos da história da AMDA seguem esse caminho e por se alinharem com a perspectiva que vai emergir da conferência Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco-92, no Rio de Janeiro, em 1992. São os partidários do desenvolvimento sustentável, em seu sentido hegemônico e globalizado.

Nesse encontro foi apresentado o relatório “Nosso Futuro Comum”, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e desenvolvimento. O relatório afirma que “[...] o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades.” (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, p. 46). Segundo o documento dois conceitos são chaves para a compreensão, “necessidades essenciais” e “limitações” para o uso do meio ambiente.

O relatório representa a natureza como uma fonte de recursos para a humanidade. A forma como é expressa a relação ambiente e sociedade, numa linguagem técnica corporativa, não compreende humanidade como natureza. Parece a reafirmação dos paradigmas do progresso que foi cunhado da natureza como algo a ser dominado e posto a serviço da sociedade. Em torno desses eixos os movimentos ambientais vão se orientar globalmente, chancelando e impulsionando no contexto das ideias neoliberais que se tornavam hegemônicas entre as décadas de 1980 e 1990.

A sustentabilidade que parte desse contexto vai relacionar desenvolvimento, eficiência e ajuste. Como o Relatório Nosso Futuro comum é apresentado num contexto das ideias neoliberais e consensuado com as principais instituições globais, o conceito de desenvolvimento sustentável que daí deriva e vai entrar em fase de implementação, será impregnado

pelas recomendações de ajuste dos organismos internacionais.

Uma das principais elaborações do encontro foi a Agenda 21, um programa de ação para se alcançar o desenvolvimento sustentável. Que como é uma metodologia que tem como base a preservação da preservação da “[...] biodiversidade, manejo dos recursos naturais, justiça econômica e social e participação dos diferentes segmentos sociais.” (LOUREIRO, 2006, p. 39), cabendo a cada localidade instituir como forma de lei, desde a União, passando por Estados e municípios.

O documento da Agenda 21 global reforça a perspectiva colocada no relatório “Nosso futuro comum” de que o crescimento econômico é um fator preponderante para se alcançar o desenvolvimento sustentável. Da mesma forma, os ajustes econômicos são recomendados pela Agenda 21 global em total acordo com as propostas neoliberais. Assim, a questão ambiental vai criando identificações com a perspectiva neoliberal e a Agenda 21 brasileira se faz dessa mesma forma.

É com todo esse conteúdo que se cria a Agenda 21 em Macaé, uma estratégia de mobilização em que egressos do movimento social ambiental local se organizam ocupam esses espaços institucionais, compondo com os governos da ocasião, e concentram suas energias na elaboração do Plano Diretor da Cidade, com a transformação da Agenda 21 local em Fórum permanente. Esses sujeitos da história foram parte daqueles que escreveram o capítulo do Meio Ambiente na ocasião da elaboração da Lei Orgânica do município.

A Agenda 21, em Macaé, começou a ser constituída em 1997, vinculada à secretaria municipal de meio ambiente e com ênfase na educação ambiental. Foi criada legalmente em 2002. A partir de 2006, se tornou um Fórum Permanente congregando instituições do mercado, do poder público municipal e da sociedade civil organizada. Em 2010 passa a integrar a Câmara Permanente de Gestão da Prefeitura. Esse Fórum Permanente da Agenda 21 teve participação decisiva na elaboração do plano diretor da cidade, deixando uma marca ambiental positiva no documento, garantindo um processo participativo na implementação e fiscalização do plano diretor.

A Agenda 21 local de Macaé elaborou alguns projetos como: controle social dos fóruns participativos às previsões orçamentárias;

revitalizando o Rio Macaé; fomento à produção de mudas nativas; fiscalização ambiental; Agenda 21 nas escolas; revisão do plano diretor municipal; oficinas para a sustentabilidade; diálogos com a agenda 21. Ponto fundamental do fórum foi a realização das conferências municipais, sempre levando um olhar ambiental. A Conferência da Cidade, a criação do conselho da Cidade e a elaboração do Plano diretor foram centralmente construídos a partir da Agenda 21 e do Fórum Permanente. (TAVARES, 2015)

Entretanto, mesmo com todas essas construções da Agenda 21, ainda assim o município não conseguiu avançar em proposições de planos para aliviar a economia municipal da dependência do petróleo. A reflexão desse trabalho se ergue a partir dessa contradição, com um olhar crítico acerca da questão social, e as respostas no campo do desenvolvimento sustentável. Observar essa contradição é passo relevante para compreender os limites da perspectiva do desenvolvimento sustentável e dos movimentos que se limitam à essa noção.

O desenvolvimento sustentável é em essência a mesma noção de ecodesenvolvimento que sobressaiu na Conferência de Estocolmo, “[...] todavia, a retirada do radical eco permitiu que a palavra sustentabilidade fosse apropriada pelos governos, banqueiros e empresários com significados mais distintos, de acordo com seus interesses.” (SOFFIATI, 2016, p. 25). Para o autor os governantes querem o mesmo desenvolvimento de sempre com outro nome, os banqueiros querem créditos sustentáveis sem se importar que sejam gastos com atividades produtivas poluentes e o industrial compreende a sustentabilidade como a estabilidade de seus lucros.

Para o economista Joan Martinez Alier, a busca do desenvolvimento sustentável é por conciliar o crescimento econômico com a “capacidade de sustento”<sup>5</sup>. O autor também destaca a centralidade que o relatório Nosso Futuro Comum, também conhecido como Informe Brundland, dá a pobreza, tanto como grande mal do mundo, quanto principal fonte

---

<sup>5</sup>A “capacidade de sustento” de um território concreto significa o máximo de população de uma espécie dada que pode ser mantido indefinidamente, sem que se produza uma degradação na base de recursos que possa significar uma redução da população no futuro (KIRSCHNER; LEDEC; GOOGLAND; DRAKE; 1985, p. 45 *apud* ALIER, 1998, p. 108).

da degradação ambiental. O relatório aponta uma culpa dos pobres pela pobreza e pela destruição da natureza.

Nesse contexto, Alier (1998) vai problematizar o crescimento econômico baseado na exportação, que causa uma pressão da produção sobre os recursos. A partir de um olhar sobre a América Latina, o autor demonstra que muito mais que o crescimento da população, a política latina baseada nas exportações e com fonte de produção no extrativismo é a grande causa da degradação ambiental.

No que tange a problematização da relação pobreza como causa da degradação ambiental, o autor faz observações importantes, como de fato a pobreza pode causar danos à natureza e de como podemos pensar em superar essas questões. Um primeiro ponto destaca que, quanto mais pobre o indivíduo acaba por utilizar lenha ou carvão vegetal como combustível doméstico e que esses itens são trocados por eletricidade e gás com incremento da renda familiar. Pontos em que, por exemplo, o aprofundamento da pobreza no Brasil está fazendo retroceder.

Por fim, como o Relatório Nosso Futuro comum é apresentado num contexto das ideias neoliberais, o conceito de desenvolvimento sustentável que daí deriva e vai entrar em fase de implementação, será impregnado pelas recomendações de ajuste dos organismos internacionais e terá forte marcas do neoliberalismo em sua essência.

Aos movimentos que se alinham nessa perspectiva do desenvolvimento sustentável, Alier (2017) vai classificar como parte de um “evangelho da ecoeficiência”, que seriam movimentos cuja característica relevante seria a ausência de perspectivas para além do capitalismo. Na situação observada no trabalho sobre a Associação Macaense de Defesa Ambiental, é nítido que, embora em muitos momentos se veja uma oposição frontal às medidas e iniciativas da indústria do petróleo e até mesmo algumas posturas mais radicais, não há elementos que formem uma crítica radical ao modo de produção capitalista.

O autor destaca que estão sendo reconhecidos movimentos ambientais que tem em sua essência a crítica ao modo de produção capitalista que Alier (2017) vai classificar como ecologismo dos pobres. Essa outra linha de movimento ecológico vai problematizar a relação do sistema mundo, os países do norte cada vez dependem mais de importações do

sul para atender as demandas de commodities como soja, minério e petróleo. Aprofundando o extrativismo, causando impactos ambientais e ameaçando a vida nos países mais pobres, nesse sentido o “ecologismo dos pobres” antes de ser um enfrentamento pelo meio ambiente é uma luta pela sobrevivência daqueles sujeitos integrados àquele ambiente.

Um claro limite que se apresenta na perspectiva do desenvolvimento sustentável é a ausência de menção às sequelas da colonização nos países periféricos, são justamente essas sequelas que muitas vezes formam esses sujeitos que Alier se refere como praticantes de um ecologismo dos pobres. Por isso uma urgência de olhares que decomponham as consequências deixadas pela colonização, movimentos ambientais que sejam também decoloniais.

Aí reside a contradição e os limites dos movimentos alinhados ao desenvolvimento sustentável, ao não expressar e enfrentar as forças do capitalismo de uma maneira geral e ignorar o significado da colonialidade (QUIJANO, 2005), existente em terras latinas, permite a exploração da natureza via extrativismo nos países que foram colônias em outros tempos seja permanentemente reforçada, tanto no contexto dos governos progressistas da América Latina, quanto o ultraliberalismo de características fascistas que se estabeleceu no governo brasileiro desde os processos da lava-jato e do golpe em forma de impeachment que abreviou o segundo governo de Dilma Rousseff.

Como o ataque da Lava-Jato foi via indústria do petróleo, Petrobrás e empresas prestadoras de serviço, o município de Macaé sentiu diretamente as ações do golpe. Primeiro grande impacto com a retração do emprego, cerca de 10 mil postos da indústria do petróleo foram fechados. Seguido por uma diminuição dos espaços ocupados e operações realizadas pela Petrobrás e uma mudança do perfil dos prestadores de serviço, saindo de cena empreiteiras nacionais e chegando empresas transnacionais.

Localmente, nesse mesmo tempo, as conquistas começam a ser ameaçadas e a Agenda 21, mesmo com seus limites e contradições, é encerrada num processo de desmonte da participação social, que inclui o esvaziamento do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Há uma aposta do poder municipal em um novo ciclo de crescimento da indústria do petróleo no município, com uma nova promessa de crescimento acelerado. Dentre os empreendimentos de infraestrutura para o novo ciclo está a construção três usinas termoeletricas, um porto e um terminal de processamento de gás natural. Um combo bem parecido de quando a indústria do petróleo chegou em Macaé e que motivou os primeiros movimentos ambientais e ações da AMDA.

Atualmente há uma movimentação para reativar a AMDA por parte de alguns de seus membros fundadores e que estiveram à frente dos processos nos anos 1980 e 1990. Motivada essencialmente por esse prenúncio de novo boom da indústria do petróleo, essa reorganização, ainda embrionária, se encontra diante de grandes desafios. Na primeira vez, a tragédia, observada nos limites do movimento. Para que a segunda vez não seja uma farsa (MARX, 2011) os objetivos do movimento devem mirar para além de um desenvolvimento sustentável e se enxergar como um ecologismo dos pobres, imprimindo um viés de classe que ponha em cheque a lógica de acumulação capitalista.

### **III. A questão social e a urbanização ecológica**

Nesse sentido, a partir do trabalho da pesquisa é possível tecer algumas reflexões acerca da questão social. A questão social se origina e se desenvolve no fulcro das contradições sociais produzidas no desenvolvimento do capitalismo e, indissociavelmente, na emergência do proletariado na dimensão política, se constituindo enquanto classe para si (IAMAMOTO, 2008). Cabe ainda ressaltar que, assentar a “questão social” nas bases fundamentais do modo de produção capitalista implica afirmar que “[...] não se suprime a primeira conservando-se o segundo [...]” (NETTO, 2001, p. 45).

Em conformidade com as formulações marxianas, Netto (2011) localiza historicamente a expressão “questão social” se remetendo à terceira década do século XIX. A expressão nasce para dar conta do fenômeno do pauperismo, fenômeno este que se torna evidente a partir dos impactos da primeira onda industrializante na Europa Ocidental.

É explícito na “lei de acumulação” essa contradição fundante materializada no surgimento do *pauperismo* como uma das expressões reais

produzidas pela dinâmica do capital. Na medida em que a lei de acumulação: “[...] se expressa, na órbita capitalista, às avessas: no fato de que parcela da população trabalhadora sempre cresce mais rapidamente do que a necessidade do seu emprego para os fins de valorização do capital.” (MARX, 2013, p. 690). Assim, ocorre um crescimento exponencial do proletariado, conformando o chamado exército industrial de reserva. “A acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado [...]” (MARX, 2013, p. 690).

Para além das categorias diretamente ligadas ao processo de acumulação de capital, outro conceito de extrema importância que é extraído das formulações marxianas é o conceito de luta de classes. Obviamente, que é algo fora da leitura simplória e caricata que se resume a um proletariado e uma burguesia industrial.

Luta de classes consiste na essência do exposto na lei geral da acumulação, que vão se formando polos opostos e antagônicos no sentido em que uma ponta acumula a riqueza socialmente produzida, à medida que no outro extremo seres humanos sofrem com a violência, miséria e fome. Sem jamais desconsiderar toda diversidade e conjunto de contradições que compõe essa totalidade.

Em relação às formas urbanas da questão social, destacamos Lefebvre (2001) que afirma que a industrialização caracteriza a sociedade moderna e por isso fornece o ponto de partida da reflexão sobre nossa época. É importante destacar que quando inicia a industrialização, com o nascimento do capitalismo concorrencial, a Cidade já existe como realidade concreta.

Seriam essas cidades “[...] centros de vida social e política onde se acumulam não apenas as riquezas como também os conhecimentos, as técnicas e as obras (obras de arte, monumentos)”. (LEFEBVRE, 2001, p. 12). Para o autor, essa mesma Cidade é uma obra, fruto do trabalho humano, e nesse sentido consiste em um valor de uso. O que a torna contraditória, há um curso que se forma na direção do dinheiro e das trocas, o que impulsiona a Cidade na direção dos produtos e faz dela própria um valor de troca.

Essas ponderações são muito pertinentes para se pensar na situação de Macaé, no recorte da pesquisa. Pois o município passa por um pro-

cesso particular de industrialização e urbanização diretamente associado ao início das operações de prospecção e extração de petróleo na Bacia de Campos. Ao ser escolhido Macaé como local de instalação de um porto, uma base de operações e de um terminal de processamento de petróleo e gás da Petrobrás, toda organização social e urbana do município vá sofrer transformações decorrentes desse processo.

Aqui cabe ponderar as características que assumem as expressões da questão social nesta situação, o processo de industrialização e urbanização é atravessado e confrontado por movimentos que tem a pauta ambiental como centro. A dialética que embala o processo estudado reflete aspectos particulares que auxiliam na compreensão de que são indissociáveis da questão social a esfera urbana e ambiental. Os movimentos de luta alcançam conquistas de unidades de conservação tanto de expressões mais “tipicamente” ecológicas, como a conservação da Mata Atlântica, quanto unidades de conservação em espaço urbano.

Lefebvre (2001), apresenta características para as cidades no que ele chama de países em “vias de desenvolvimento”, que se aproximam das perspectivas de análises aqui pretendidas, onde a decomposição da estrutura agrária impulsiona para as cidades camponeses despossuídos e expropriados de seus meios de produção, onde serão acolhidos pelas favelas, que se consolida como um meio genérico de vida, expressa no pauperismo, já categorizado como questão social. A esses problemas, e sua resposta pelo urbanismo, se fez com uma subordinação à organização geral da indústria, como no caso estudado acontece em relação à indústria do petróleo.

Necessário tecer a crítica aos limites da urbanização ecológica que se forma em Macaé, pressionada por movimentos ambientais. O primeiro limite se constitui na crença de que um desenvolvimento sustentável construído nos padrões do evangelho da ecoeficiência seria o caminho para construir novas sociabilidades. O que se vivenciou na verdade foi um processo de desenvolvimento insustentável que se assemelha ao trabalho de Sísifo (LEAL; SILVA, 2020b).

É essencial considerar o passado colonial e na formação social brasileira, essas marcas permanecem em nossa sociedade. No sentido de buscar fontes que destaquem as particularidades latinas, enquanto terri-

tório constituído como colônia de extrativismo de minérios, alimentos e outros produtos naturais. Há concordância com Ibanez (2016), quando descreve a cidade colonial e as motivações para que os colonizadores fundassem às cidades, sua proximidade com um “recurso natural” passível de exploração e fonte abundante de água. Essa cidade colonial que descreve Ibañez tem em Macaé um exemplar com características bem similares (LEAL; SILVA, 2020a).

Para uma perspectiva analítica que se proponha descolonizar o imaginário é preciso reconhecer as marcas que colonialidade deixa na cidade, sua organização e influência em sua formação econômica. Nesse sentido as heranças coloniais deixaram marcas que evidenciam todo esse processo e que se fazem presentes no recorte estudado. Os limites dos movimentos que creem em um desenvolvimento sustentável capitalista perspectiva de crescimento infinito ficam evidentes quando se percebe a ausência da crítica decolonial. A crítica ao processo de urbanização deve considerar os aspectos ecológicos e as características forjadas pela colonização.

### **Considerações finais**

Dessa maneira, o estudo traz elementos que permitam uma análise da questão social, que no processo histórico local deriva dos conflitos ambientais como arena de luta política que interfere na urbanização do município, dando a esse processo, primeiro, via elaboração da Lei orgânica do Município, e, em momento posterior, na elaboração do plano diretor, uma característica ecológica, com legislações que favoreciam a conservação ambiental em espaços cobiçados pela especulação imobiliária.

O olhar construído na pesquisa acerca desse processo vai ter sua lente apontada para os conflitos entre as políticas de desenvolvimento via aumento da produção do petróleo e as organizações locais que se opuseram as instalações da Petrobrás em Macaé. Por isso os movimentos sociais que lutaram pelas pautas ambientais ao longo desse tempo no município se tornam elementos centrais para compreender as expressões da questão social em sua totalidade que abarca a questão urbana e a questão ambiental.

Importante destacar que os movimentos identificados não são

movimentos com uma perspectiva classista, apesar de críticos e até radicalizados no primeiro momento, ainda nos anos 1980. Há que se ressaltar a centralidade de movimentos sociais que tenham um viés de classe e que mirem em outras sociabilidades para além das balizas estabelecidas pelo modo de produção capitalista. Que contenham expressões de todos os oprimidos pelo sistema, dos movimentos antirracistas, feministas, indígenas, operários, camponeses, entre outros.

Apesar dos limites dos movimentos estudados, não há como desconsiderar que se hoje o município de Macaé tem legislações importantes e ainda uma parte significativa de sua natureza conservada se deve às ações desses movimentos. Nesse sentido que classificamos aqui os caminhos que foram tomados na cidade, dentro das limitações contextualizadas, que sob a influência dos movimentos identificados em conjunto com as ações governamentais por parte dos sujeitos da história quando ocuparam espaços de gestão, o urbano que foi se formando em Macaé se constituiu com uma pegada ecológica.

A perspectiva trabalhada é que a questão ambiental não seja um algo à parte ou uma externalidade, como é classificado na economia. É o ambiente que compõe a totalidade, dessa maneira, há que se construir uma formulação que contemple a questão social como uma unidade do diverso e que possamos dessa forma contribuir para uma melhor reflexão por parte do serviço social. De forma que permita ao estudar o urbano seja considerada como um fator indissociável as questões ambientais. Em que, seja possível observar e elaborar uma leitura crítica dos processos de urbanização contextualizando suas características ecológicas.

## **Referências**

ALIER, J. M. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenal: Editora da Furb, 1998.

ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

CRUZ, J. L. V. da. Novas perspectivas de análise da dinâmica socioeconômica e territorial da região fluminense do extrativismo petrolífero.

**Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 49-67, jan./jun. 2016.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, São Paulo, maio/ago. 2011.

HOBSBAWM, E. J. **A era do capital: 1848-1875**. - 21. ed., São Paulo: Editora Paz e terra, 2014.

IBAÑEZ, M. R. Ressignificando a cidade colonial e extrativista: Bem Viver a partir de contextos urbanos. *In*: DILGER, G.; LANG, M.; FILHO, J. P. **Descolonizar o imaginário: Debates sobre o pós-extrativismo e as alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, p. 296-333, 2016.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

LEAL, G. F.; SILVA, M. T. Movimentos Sociais Ambientais em Macaé (RJ) em período de predomínio da economia extrativista de petróleo: um olhar decolonial a partir da Ecologia Política. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 320-340, out-dez, 2020a.

LEAL, G. F.; SILVA, M. T. A Insustentabilidade do Trabalho de Sísifo: Observações críticas sobre o desenvolvimento sustentável a partir do caso de Macaé-RJ. **Revista Estudos de Administração e Sociedade**, Niterói, v. 5, n. 1, p. 13-27, out/dez, 2020b.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LOUREIRO. Carlos Frederico B. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Quarter, 2006.

MACAÉ, **Lei n. 1216/1989**. Disponível em: <https://macae.rj.gov.br/midia/conteudo/arquivos/1355204625.pdf>. Acesso em: 07 out. 2022.

MACAÉ, **Lei n. 1463/1993**. Disponível em: <https://www.transparencia.cmmaeae.rj.gov.br/leis/6080>. Acesso em: 07 out. 2022.

MACAÉ, **Lei n. 1596/1995**. Disponível em: <https://cmmacae.rj.gov.br/legislacao/lei-no-1-596-1995-2/>. Acesso em: 07 out. 2022.

MACAÉ, **Lei n. 2172/2001**. Disponível em: <https://www.transparencia.cmmaeae.rj.gov.br/leis/5345>. Acesso em: 07 out. 2022.

MACAÉ, **Lei Complementar n. 027/2001**. Disponível em: <https://cmmacae.rj.gov.br/legislacao/lei-complementar-no-027-2001-2/>. Acesso em: 07 out. 2022.

MACAÉ, **Lei n. 3146/2008**. Disponível em: <https://transparencia.cmmacaerj.gov.br/leis/4374>. Acesso em: 07 out. 2022.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, J. P. **Cinco notas a propósito da questão social**. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NOSSO FUTURO COMUM. **Comissão mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991.

PAGANOTO, F. **Mobilidade e Trabalho em Macaé/RJ, a “Capital do Petróleo”**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. Rio de Janeiro, 2008, mimeo.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LEHER, R.; SETUBAL, M. (org.). **Pensamentos críticos e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, p. 35-95, 2005.

SOFFIATI, A. **Do global ao local: reflexões sobre ecologismo e eco-história**. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2016.

TAVARES, F. M. M. Histórico de atividades da Agenda 21 Macaé. *In*: GAGNON, D. C. **Guide quebécois pour des Agendas 21 siecle locaux: applications territoriales de developpement durable viable**. 2015. Disponível em: <http://demarchesterritorialesdedeveloppemntdurable.org/macaer-brasil/>. Acesso em: 29 abr. 2020.